

PINACOTECA DO IGHB



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia
Fundado em 1894



ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO

(ITAPARICA, BA, 1839 – SALVADOR, BA, 1920)

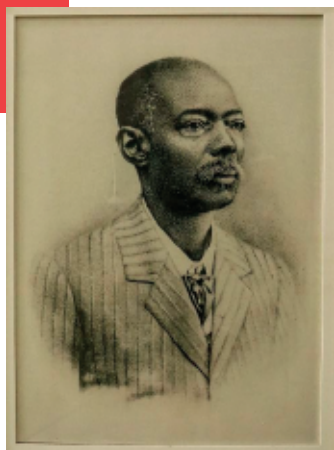
Ernesto Carneiro Ribeiro foi um médico, filólogo e gramático brasileiro e um dos mais importantes educadores de sua época, tendo sido professor de figuras ilustres como Ruy Barbosa, Castro Alves, Rodrigues Lima, Isaías Alves e Euclides da Cunha. Nasceu na ilha de Itaparica em 1839, filho de Claudeana Ramos e do escrivão José Carneiro Ribeiro, que também foi vereador de Itaparica, inserindo, assim, a família em um estrato “médio” da sociedade da época. Foi também na ilha em que nasceu que Ernesto Carneiro Ribeiro realizou seus primeiros estudos, até se mudar para Salvador para realizar os estudos secundários no Liceu Provincial, onde teve aulas de Latim, História Universal, Geografia e Filosofia. Ao concluir sua formação no Liceu, por ser aluno de destaque, Carneiro Ribeiro foi imediatamente indicado por seu professor Salustiano Barbosa. Foi na cadeira de Filosofia que o jovem professor iniciou sua carreira docente, lecionando no colégio São João. Ao terminar os estudos no Liceu Provincial, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou aos vinte e cinco anos, com a tese *Relações da Medicina com as Ciências Filosóficas* (1864). Em 1871, Carneiro Ribeiro tornou-se oficialmente catedrático da cadeira de Gramática filosófica no Liceu Provincial, aprovado em concurso com a tese *Origem e Filiação da Língua Portuguesa*. No mesmo período, também lecionou em outras instituições como o Colégio São José, o Ateneu Baiano, o Liceu de Artes e ofícios e em 1890 publica *Serões Gramaticais*, livro que é considerado até hoje sua obra-prima. Este é um período em que Carneiro Ribeiro ganhou destaque na vida pública da época e cuja culminação se dá com seu papel de revisor do Código Civil de 1902, redigido primordialmente por Clóvis Bévilaqua, que Carneiro Ribeiro teve apenas quatro dias para revisar. Esta revisão linguística e gramatical do texto jurídico deu início a uma das mais reconhecidas polêmicas intelectuais do período, com as críticas feitas ao texto pelo já reconhecido Ruy Barbosa, ex-aluno de Carneiro Ribeiro. Esta polêmica se estendeu por réplicas e tréplicas, com discussões entre ambos sobre a linguagem pertinente a se usar no Código Civil. Carneiro Ribeiro foi membro fundador da Academia de Letras da Bahia, fundada em 1917 e também seu primeiro presidente, pelo período de 1917 até 1920, quando faleceu em Salvador.

Fontes:

ERNESTO CARNEIRO. Disponível em <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-ernesto-carneiro>. Acesso em 03 set. 2025.

PITANGA, Ismael Lage. *Ernesto Carneiro Ribeiro: Trajetória Intelectual de um Professor Negro na Educação da Bahia 1839-1920*. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia – Santo Antônio de Jesus, 2021.

SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



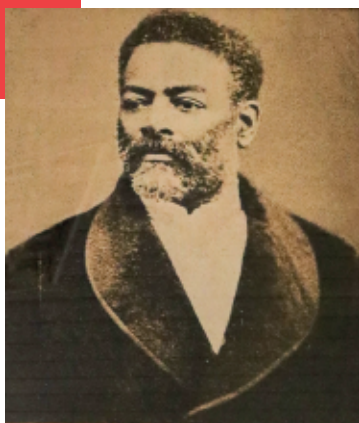
MANUEL QUERINO

(SANTO AMARO, BA, 1851 – SALVADOR, BA, 1923)

Manuel Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação em 28 de julho de 1851. Com a precoce morte dos seus pais, vitimados pela epidemia do cólera, Querino teria sido levado a Salvador onde foi tutelado pelo erudito professor e jornalista Manuel Correia Garcia. Aos 17 anos, Querino foi servir à Guerra do Paraguai, entre 1869 e 1870, servindo até ser promovido a cabo de esquadra. Com o fim do conflito, retornou a Salvador e trabalhou como pintor-decorador, fazendo carreira nesta área. Foi discípulo do pintor espanhol Miguel Navarro y Cañizares, com quem estudou com afinco a arte do desenho. Militante das causas trabalhistas, Querino foi um dos fundadores da Sociedade Liga Operária Bahiana, fundada em 1876, uma espécie de sindicato envolvida com os interesses e reivindicações da classe de artistas e operários da Bahia. Além disso, foi também fundador dos jornais “A Notícia” e “Trabalho”. Em 1877, foi admitido como sócio da Sociedade Protetora dos Desvalidos, até se afastar em 1879. Querino diplomou-se como Desenhista na Academia de Belas Artes, em um período em que também obteve menção honrosa por seu trabalho nesta instituição. Em 1897, Querino se torna membro do Conselho Municipal, sendo o mais votado entre os 10 que foram eleitos. A partir de 1903, Querino inicia sua produção intelectual, que já remontava sua posição de sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia produzindo obras de caráter didático sobre Desenho, além de ser professor de Desenho Industrial e Desenho Geométrico no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Entre a carreira intelectual e artística e suas incursões na política local, Manuel Querino se tornou uma das figuras mais célebres da Bahia na Primeira República, especialmente por suas obras, das quais se destacam *Artistas Baianos* (1911), *A Bahia de Outrora: Vultos e Fatos Populares* (1916), *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia* (1916), *O Colono Preto como Fator de Civilização Brasileira* (1918). Faleceu em 14 de fevereiro de 1923.

Fontes:

LEAL, Maria das Graças Andrade. *Manuel Querino entre Letras e Lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.
SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



LUIZ GAMA

(SALVADOR, BA, 1830 – SÃO PAULO, SP, 1882)

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador no ano de 1830. Aos dez anos de idade, foi vendido por seu pai como escravo, para pagar dívidas de jogo. Assim, Luiz Gama embarcou em um navio rumo ao Rio de Janeiro, porto estratégico para o tráfico interprovincial de escravizados entre o norte e o sul do Brasil. Foi vendido para o paulistano Antonio Pereira Cardoso, para quem lavava, engomava, costurava, como funções típicas de um escravo doméstico. Estando livre, já mais velho, Luiz Gama passa a treinar o exercício da escrita, que ele aprendera com um hóspede da casa em que servia na infância. Além disso, trabalhou como cabo de esquadra, copista de escrivão e amanuense no gabinete do delegado de polícia, este último sendo o cargo para que foi definitivamente nomeado. Foi em São Paulo que Luiz Gama alcançou os debates da esfera pública enquanto homem combativo de letras e de ideias, após a publicação do seu primeiro livro, o conjunto de poemas satíricos, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, cuja primeira edição é de 1859. Além disso, Gama colaborou em jornais liberais da época como o *Radical Paulistano* (1869), o *Diabo Coxo* (1864), este último fundado por ele. Nestas gazetas, Gama se expressou com uma pena ácida e afiada por meio da qual fez duras críticas à política do Império. Como rábula, e talvez aí resida a sua atuação mais memorável, Luiz Gama foi responsável por uma forte atuação a favor da liberdade dos escravos na província de São Paulo. Não tendo cursado faculdade de Direito, Luiz Gama conseguiu provisão para advogar, tendo como arcabouço intelectual a sua experiência como funcionário da Secretaria de Polícia e da sua participação como jurado no Tribunal do Júri. Além disso, Gama realizou intensos estudos por conta própria através dos livros da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo.

Fontes:

AZEVEDO, Elciene. *Entre Escravos e Doutores: A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. 1997. 213 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas, São Paulo. 1997.

FERREIRA, Ligia Fonseca (org.). *Com a Palavra Luiz Gama: Poemas, Artigos, Cartas, Máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

SANTOS, Jair Cardoso. *Entre as Leis e as Letras: Escrivências Identitárias Negras de Luiz Gama*. Salvador: Quarteto, 2017.

SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



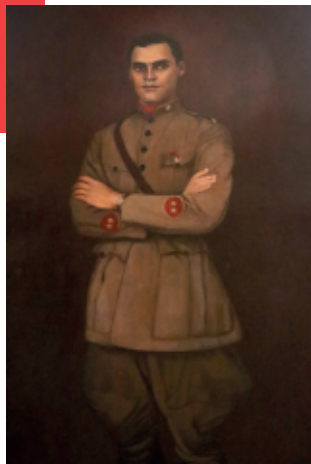
SÁTIRO DIAS

(INHAMBUPE, BA, 1844 – ?, 1913)

Sátiro Dias nasceu na cidade de Inhambupe no interior da Bahia em 12 de janeiro de 1844, filho de Cláudio José Dias e Umbelina Oliveira Dias, além de ser irmão de Otaviano Dias, que foi secretário do Instituto Normal. Na juventude, mudou-se para Salvador para estudar no Ginásio Baiano, comandado por Abílio César Borges, lugar onde o próprio Sátiro lecionou posteriormente. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde formou-se em ciências médico-cirúrgicas. Ainda estudante quintanista da faculdade, Sátiro voluntariou-se na Guerra do Paraguai, onde trabalhou com os feridos do conflito. Dessa experiência, ele escreveu a obra *O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai: Estudo Crítico e Histórico* (1870). Sátiro Dias foi deputado provincial eleito pela Bahia, secretário do governo da província na gestão de Antônio de Araújo de Arago Bulcão. Além disso, foi presidente das províncias do Amazonas (1880-1881) e do Rio Grande do Norte (1881-1882). Em 1883 foi nomeado presidente da província do Ceará, onde presenciou a libertação de escravos em cidades daquela região. Na Bahia, Sátiro Dias foi também Diretor Geral de Instrução Pública, onde desempenhou uma importância fundamental nos debates sobre as políticas públicas de educação da época.

Fontes:

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Política Educacional no Início da República na Bahia: Duas Versões do Projeto Liberal*. Volume 1. 2003. 268 f. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.
WILDBERGER, Arnold. *Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



JUAREZ TÁVORA

(JAGUARIBE, CE, 1898 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1975)

Juarez Távora nasceu em 14 de janeiro de 1898 em Jaguaribe, uma comunidade rural do interior do Ceará. Filho de Clara Fernandes Távora do Nascimento e de Joaquim Antônio do Nascimento, por parte de quem descendia de uma família de simples sertanejos que viviam da agricultura de subsistência com um pedaço de terra que possuíam. Fez parte da Coluna Prestes nos anos 20, assumiu a Delegacia Militar do Governo Provisório e representante do novo Governo nos estados do Norte, o que rendeu a Juarez Távora e sua administração nessa região o epíteto de “Vice-Reinado do Norte”. Távora percorreu todas as etapas da carreira militar até os anos 50 quando chegou ao penúltimo posto da hierarquia militar com o cargo de General-de-Divisão. Exerceu inúmeras funções militares, dentre as quais se destacam a chefia do Gabinete da Diretoria de Engenharia do Exército (1945-1946), Diretor de Engenharia do Exército (1946), Comandante da 6ª Região Militar (1949) e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (1954-1955). Além disso, Juarez Távora foi Ministro da Viação e Obras Públicas (1930), Ministro da Agricultura (1933-1934), Secretário-Geral do Conselho de Coordenação do Abastecimento (1954-1955). Foi candidato a Presidente da República em 1955. Influenciado pelo pensamento de Alberto Torres, Juarez Távora foi também um intelectual preocupado com grandes questões nacionais, que tomaram forma nos muitos livros que escreveu, dentre os quais se destacam: Petróleo para o Brasil (1955), Produção para o Brasil (1956), Átomos para o Brasil (1958), Organização para o Brasil (1959), e Uma Vida e Muitas Lutas (1973), sua autobiografia em três volumes. Juarez Távora faleceu em 18 de julho de 1975, no Rio de Janeiro, aos 77 anos.

Fontes:

CASTELLO BRANCO, Carlos. Retratos e Fatos da História Recente: Perfis. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
TÁVORA, Juarez. “Nota da Editora: Dados Bibliográficos do Autor”, in.: TÁVORA, Juarez. Uma Vida e Muitas Lutas: 1º volume: Da Planície à Borda do Altiplano. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1973.
TÁVORA, Juarez. Uma Vida e Muitas Lutas: 2º volume: A Caminhada no Altiplano. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1974.



AFONSO PENA

(SANTA BÁRBARA, MG, 1847 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1909)

Afonso pena nasceu em Santa Bárbara do Mato dentro, atual Santa Bárbara, em Minas Gerais no dia 30 de novembro de 1847. Era filho de José Teixeira de Pena, português que fez carreira militar, e de Ana Moreira Teixeira Pena, filha de uma influente família da política mineira. Afonso Pena estudou no Caraça, tradicional colégio de internato, onde recebeu a educação típica da sua época, estudando francês, teologia, ética. Em 1866 transferiu-se para São Paulo, onde cursou Direito e se formou em 1870. Afonso Pena lançou-se, então, em uma profícua carreira política, em que ocupou cargos como deputado (1878-1884), ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883-1884) e do Interior (1885). Corroou sua vida pública como presidente da província de Minas Gerais (1892), vice-presidente da República (1902-1906) e, finalmente, presidente da República (1906-1909). Assume a presidência no contexto do Convênio de Taubaté, acordo de 1906 que objetivava um plano de valorização do café, em que o governo federal iria adquirir a produção excedente. Seu governo foi também marcado pela Exposição Nacional, de 1908, na Praia Vermelha, que intencionava atrair investimentos estrangeiros e turistas. Foi no governo de Afonso Pena que Rui Barbosa representou o Brasil na famosa Conferência de Haia, por meio da qual viria a ser conhecido como Águia de Haia. Afonso Pena foi o primeiro presidente brasileiro a falecer no Palácio do Catete, então sede do poder executivo federal, em 14 de junho de 1909.

Fontes:

LACOMBE, Américo Jacobina. Afonso Pena e sua Época. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

LUSTOSA, Isabel. Histórias de Presidentes: A República no Catete. Petrópolis: Vozes, 1989.

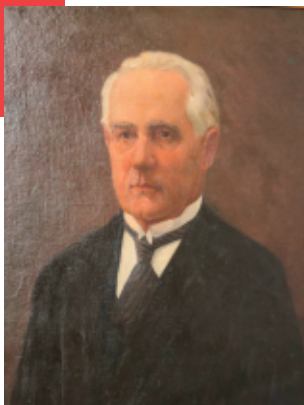
MANGABEIRA, João. Rui: O Estadista da República. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Afonso Pena. Fundação Getúlio Vargas. Atlas Histórico do Brasil. Consultado em 10 de outubro de 2025.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Convênio de Taubaté. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Consultado em 10 de outubro de 2025.



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia
Fundado em 1884



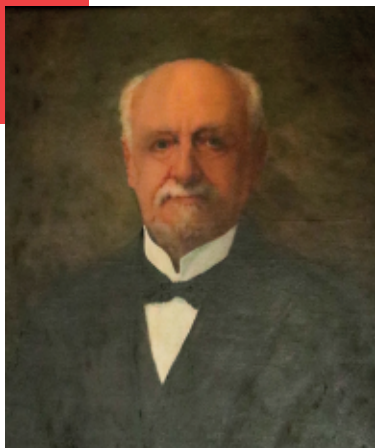
ALEXANDRE GÓIS

(CATU, BA, 1859 – SALVADOR, BA, 1939)

Alexandre dos Reis de Araújo Góis nasceu na cidade de Catu, no Recôncavo baiano, no dia 16 de junho de 1859, sendo filho de Manoel José dos Reis Araújo Góis, capitão, e de Guiomar Joaquina dos Reis Góis. Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em 1886 em Engenharia Civil. Ocupou importantes cargos no ramo, como chefe da seção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, inspetor de Obras Públicas do Estado, época em que foi construído o Pavilhão de Pirajá, além de dar pareceres sobre o Mosteiro de São Bento, que, na época de J.J. Seabra, pretendia demolir uma parte para alargar um trecho da Avenida Sete, no âmbito das já conhecidas reformas modernizadoras de Salvador no início do século XX. Foi diretor de Contabilidade do Estado e Secretário da Fazenda, no governo de José Marcelino em 1905, além de autor da Conferência Assucareira da Bahia, de 24 de julho de 1902. Faleceu em Salvador no dia 27 de março de 1939.

Fontes:

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. A Fazenda da Bahia em Perspectiva Histórica. Salvador: EAF, 1985.



JOÃO MOREIRA PINHO

(SALVADOR, BA, 1845 – SALVADOR, BA, 1930)

João Moreira de Cesar Pinho nasceu em Salvador no dia 2 de novembro de 1845, sendo filho de Joaquim Moreira de Pinho e de Camila Ferreira França Moreira de Pinho. No serviço público, desempenhou funções como chefe da seção da Secretaria do Governo e Inspetor e Diretor do Tesouro do Estado. Foi nomeado pelo governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima para chefiar a Secretaria do Tesouro e Fazenda, recém-criada, tornando-se, assim, o primeiro secretário daquela instituição, até 1896. Foi senador estadual entre 1901 a 1913, eleito por dois mandatos consecutivos, além de presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal. São de sua autoria dois importantes relatórios administrativos: o Relatório do Inspector do Tesouro (1895) e o Relatório apresentado ao Governador do Estado, Dr. José Gonçalves (1890). Faleceu em Salvador em 31 de dezembro de 1930.

Fontes:

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. A Fazenda da Bahia em Perspectiva Histórica. Salvador: EAF, 1985.

FAZENDA, Secretaria da. “Aos 130 anos, Sefaz-Ba vive transformação digital, com evolução contínua do fisco e novos serviços”. Consultado em 10 de outubro de 2025. Disponível em:

<https://www.sefaz.ba.gov.br/noticias/aos-130-anos-sefaz-ba-vive-transformacao-digital-com-evolucao-continua-do-fisco-e-novos-servicos/>



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia
Fundado em 1894



FRANCISCO LIBERATO DE MATTOS

(SALVADOR, BA, 1813 – SALVADOR, BA, 1892)

Francisco Liberato de Mattos nasceu em Salvador no dia 23 de agosto de 1813. Sua mais importante atuação pública se deu enquanto presidente da província do Paraná, entre os anos de novembro de 1857 e fevereiro de 1859. Nesse período, lidou com questões candentes da época, entre elas a imigração europeia para a província paranaense e os problemas de saúde pública do período, quando foi responsável por ao menos um decreto em que determinava, por exemplo, o não-represamento de água dentro de casa, por possibilidade de contaminação e proliferação de doenças. Neste cargo, Liberato de Mattos redigiu importantes documentos, como relatórios que escreveu naquele período, publicados no momento do seu mandato, que descrevem a fertilidade das terras paranaenses, a importância que elas possuem no cultivo agrícola local e regional, além de documentar questões sanitárias que assolavam naquela região na segunda metade do século XIX. Faleceu em Salvador em 10 de fevereiro de 1892.

Fontes:

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais no Paraná. 1853-1953*. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DALLEDONE, Márcia Teresinha Andreatta. *Condições Sanitárias e as Epidemias de Varíola na Província do Paraná (1853-1889)*. 1980. 334 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

PARANÁ. Casa Civil. “Governantes no Período Imperial”. Consultado em 13 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Governantes-no-Periodo-Imperial>

SIQUEIRA, Márcia Teresinha Andreatta Dalledone. *Saúde e Doença na Província do Paraná: (1853-1889)*. 1989. 396 f. Tese (Doutorado em História Demográfica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.



TURÍBIO TERTULIANO FIUZA

(SANTO AMARO, BA, 1827 – ?, 1909)

O padre Turíbio Tertuliano Fiuza nasceu em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, em 1827. Foi um célebre religioso brasileiro no século XIX, tendo sido importante professor de latim nas principais instituições educacionais da Bahia, como o Seminário da Bahia e o Ginásio Baiano, tendo sido professor, inclusive, do então jovem poeta Castro Alves. O padre Fiuza ficou reconhecido, para além das atividades pedagógicas, pelos sermões que professava na Bahia oitocentista. Foi autor de Exortação (1860), Oração Fúnebre (1878), Sermões e Orações Sagradas (1883). Faleceu em 1909.

Fontes:

MARQUES, Xavier. Vida de Castro Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1993.

“Padre Turíbio Tertuliano de Fiuza”. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=2032>. Acesso em 17 de outubro de 2025.

STASI, Lucas Nunes. Expressões Leigas da Fé Católica: Irmandades Religiosas na Freguesia de Santana em Salvador (1876-1926). 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.



MANUEL IGNÁCIO DA CUNHA MENEZES

(VISCONDE DO RIO VERMELHO)

(SALVADOR, BA, 1779 – ?, 1850)

Manuel Ignácio da Cunha Menezes, o Visconde do Rio Vermelho, nasceu em 13 de setembro de 1779. Entre 1810 e 1818 foi vereador do Senado da Câmara da Cidade do Salvador, além de ter sido membro da Junta de Governo da Província da Bahia, onde era presidente Francisco Vicente Vianna. Foi presidente interino da Província da Bahia em 1826. Entre suas primeiras ordens estiveram a abertura de uma estrada de Porto Seguro até Belmonte, além da construção do canal que ligava a enseada do Itapagipe com o porto de Salvador. Desempenhou papel importante também na Santa Casa de Misericórdia, onde durante o tempo em que de lá foi provedor, entre 1827 e 1828, comprou-se o terreno para a construção do hospital Santa Isabel. Em 1830, Manuel Ignácio da Cunha Menezes foi agraciado pelo Imperador Dom Pedro I com o título de Visconde do Rio Vermelho, pelos serviços prestados à Província e ao Império. Faleceu em 16 de janeiro de 1850.

Fontes:

WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



J.J. SEABRA

(SALVADOR, BA, 1855 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1942)

José Joaquim Seabra nasceu em Salvador no dia 21 de agosto de 1855. Estudou na prestigiosa Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em 1877, quando assumiu imediatamente o posto de Promotor Público de Salvador. Na República recém-proclamada, Seabra foi deputado constituinte, deputado federal, senador e vereador em diferentes momentos da Primeira República, além de ter sido titular do ministério da Justiça no governo de Rodrigues Alves e do ministério da Viação e Obras Públicas na presidência de Hermes da Fonseca. Foi presidente do Estado da Bahia em dois momentos: de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924. Seabra esteve direta ou indiretamente envolvido nos principais acontecimentos do Brasil e da Bahia à época da República Velha, tais como o Bombardeio da Cidade de Salvador em 1912, além das disputas políticas com outro grande nome do período, Rui Barbosa. Homem de grande influência, seus correligionários eram chamados de seabristas, e seabrismo foi como ficou conhecida a sua atuação política, inclusive na imprensa local, através de jornais como Gazeta do Povo e O Democrata. Faleceu no Rio de Janeiro em 05 de dezembro de 1942.

Fontes:

QUARESMA, Mônica dos Santos. O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
ROSA, Rogério. Bombardeio de Salvador. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOMBARDEIO%20DE%20SALVADOR.pdf>
SARMENTO, Silvia Noronha. A Raposa e a Águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



LUÍS VIANA

(CASA NOVA, BA, 1846 – OCEANO ATLÂNTICO, 1920)

Luís Viana nasceu em 30 de novembro de 1846, na cidade de São José do Riacho da Casa Nova, sendo filho de José Manoel Viana, coronel, fazendeiro e comerciante e de Mariana Ribeiro Viana. Como era comum aos homens letrados de sua época, cursou a Faculdade de Direito de Recife, onde se graduou em 1870 e logo depois assumiu o cargo de promotor público na cidade de Xique-Xique, interior da Bahia. Foi também juiz de direito, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Apelação da Bahia. Deputado Provincial (1872-1875), Senador do Estado da Bahia (1891-1896), Governador da Bahia (1896-1900). Seu governo ficou marcado pela repressão ao povoado de Canudos, comunidade sertaneja liderada por Antônio Conselheiro. Luís Viana foi um dos políticos baianos de maior expressão no Segundo Reinado e na Primeira República, tendo uma carreira pública de destaque, ocupando cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário, de tal modo que seu nome chegou a ser cogitado a candidato à Presidência da República. Foi pai do político e historiador Luís Viana Filho. Faleceu no dia 6 de julho de 1920, no oceano Atlântico, a bordo da embarcação Limburgia.

Fontes:

FONSECA, João Justiniano da. A Vida de Luiz Viana Filho. Brasília: Senado Federal, 2005.
SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.
SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. VIANA, Luís. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Luís.pdf>



LUÍS VIANA FILHO

(PARIS, FR, 1908 – SÃO PAULO, SP, 1990)

Luís Viana Filho nasceu em Paris a 28 de março de 1908. Filho de Joana Gertrudes Fichtner Viana e de Luís Viana, importante político do Império e da Primeira República. Estudou no Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II e em Salvador, no Ginásio da Bahia. Frequentou a Faculdade de Direito da Bahia, onde recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1929 e para onde retornou como professor de Direito Internacional Público, substituindo Bernardino de Sousa. Foi também professor de História do Brasil na recém-fundada Faculdade de Filosofia da Bahia em 1943, cargo pelo qual se aposentou. Foi deputado federal em várias ocasiões, ministro-chefe da Casa Civil (1964-1967) e ministro da Justiça (1966), além de governador da Bahia entre 1967 e 1971. Chamado de “príncipe dos biógrafos” por Alceu Amoroso Lima, foi autor de importantes livros de cunho histórico e biográfico, dentre os quais: *A Sabinada. A República Baiana de 1837* (1938), *A Vida de Rui Barbosa* (1941), *O Negro na Bahia* (1946), *A Vida de Joaquim Nabuco* (1951), *A Vida do Barão do Rio Branco* (1959). Faleceu em São Paulo no dia 5 de junho de 1990.

Fontes:

Academia Brasileira de Letras. Luís Viana Filho. Disponível em:

<https://www.academia.org.br/academicos/luis-viana-filho/biografia>.

FONSECA, João Justiniano da. *A Vida de Luiz Viana Filho*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SARMENTO, Sílvia Noronha. VIANA FILHO, Luís (1908-1990). Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em:

<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/22/luis-viana-filho/>



THOMAS COCHRANE

(ANNSFIELD, ESCÓCIA, 1775 – LONDRES, INGLATERRA, 1860)

Alexander Thomas Cochrane nasceu na Escócia, na cidade de Annsfield, a 14 de dezembro de 1775. Enquanto almirante da marinha britânica, desempenhou importante papel nas Guerras Napoleônicas no final do século XVIII e início do XIX. Cochrane sempre foi muito crítico a inúmeros aspectos da marinha de seu país, a famosa Royal Navy. Entre os ataques ferinos que proferiu àquela instituição, destacam-se denúncias de corrupção, alimentação inadequada das tripulações dos navios. Essa verve o encaminhou para o Parlamento, eleito em 1807, onde defendeu posições como sufrágio universal, o fim da corrupção na marinha, a melhoria de vida dos marinheiros, etc. Em 1814 foi expulso do parlamento em um imbróglio que envolveu a Bolsa de Valores e uma possível vantagem desse escândalo por parte de Cochrane. Daí em diante ele abandonou a Inglaterra e dedicou-se a liderar tropas navais de países sobretudo latino-americanos, como Peru, Chile e Brasil. No Brasil, atuou em Salvador, nas lutas de independência, em 1822 e 1823, quando auxiliou na expulsão das tropas portuguesas. Cochrane também atuou contra os portugueses no Maranhão e na repressão a movimentos rebeldes do período, como a Confederação do Equador. Permaneceu no país até 10 de abril de 1827, quando foi oficializada a sua demissão. Thomas Cochrane faleceu em Londres, a 31 de outubro 1860, aos 85 anos.

Fontes:

GALSKY, Nélío. Mercenários ou Libertários: As Motivações para o Engajamento do Almirante e seu Grupo nas Lutas da Independência do Brasil. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

GOMES, Aspirante Lucas Figueiredo. Almirante Lorde Cochrane: O Herói que se Tornou Mercenário. Revista de Villegagnon, ano XI. 2016, nº 11, pp. 69-78.

MARIZ, Vasco. Lorde Cochrane, o Turbulento Marquês do Maranhão. Navigator, v. 8, 2012, nº 16, pp. 11-20.



HENRIK IBSEN

(SKIEN, NORUEGA, 1828 – CRISTÂNIA (OSLO), NORUEGA, 1906)

Henrik Ibsen foi um dramaturgo norueguês. Peça central no teatro moderno do século XIX, Ibsen é considerado ainda hoje um dos literatos mais importantes do seu tempo. Seu teatro abordou os grandes temas sociais do seu tempo, um período de profundas transformações sociais, que refletiram na arte cênica da época. Entre seus principais trabalhos estão as peças: Os Pilares da Sociedade (1877), Os Espectros (1881), Um Inimigo do Povo (1884). Sua obra-prima Casa de Bonecas (1879), um dos dramas mais encenados do teatro, reconhecida pela centralidade que a questão feminina e a condição da mulher ocupam no enredo. Seu retrato foi ofertado ao IGHB por Gutmann Bicho em 1922. Ibsen faleceu em Oslo, Noruega, em 1906.

Fontes:

SILVA, Jane Pessoa da. Ibsen no Brasil: Historiografia, Seleção de textos críticos e catálogo bibliográfico. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
Material interno do IGHB.



VIRGÍLIO DAMÁSIO

(ITAPARICA, BA, 1838 – SALVADOR, BA, 1913)

Virgílio Clímaco Damásio nasceu em 21 de janeiro de 1838 em Itaparica, Bahia, sendo filho de Francisco de Borja Damásio e Maria Amália Clímaco de Souza. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, na qual se formou em 1859, defendendo a tese *A Eletricidade em Geral e Suas Aplicações às Diversas Ciências e, em particular, sobre o seu Emprego Terapêutico*. Foi também autor das teses *Elementos de Física e Química compreendendo as Primeiras Noções de Geologia e Mineralogia*, escrita para o concurso de professor do Liceu Provincial em 1871 e *Estudo Prognóstico dos Minerais*, para professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Dividido entre a ciência e a política, Virgílio Damásio foi um dos “proclamadores” da República na Bahia, tendo sido Senador da Bahia, Governador do Estado da Bahia e Senador Federal, tornando-se assim uma das mais proeminentes figuras da política Baiana no início da República. Morreu em 21 de janeiro de 1913.

Fontes:

NUNES, Antonietta d’Aguiar. *Política Educacional no Início da República na Bahia: Duas Versões do Projeto Liberal*. Volume 1. 2003. 268 f. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

QUADROS, Paulo Roberto Novais S. de. Virgílio Damásio. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/15/virgilio-damasio/>

QUADROS, Paulo Roberto Novais S. de. DAMÁSIO, Virgílio. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DAM%C3%81SIO,%20Virg%C3%ADlio.pdf>.

SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



JOAQUIM MARQUES LISBOA

(MARQUÊS DE TAMANDARÉ)

(RIO GRANDE, RS, 1807 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1897)

Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, nasceu em 13 de dezembro de 1807 na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, sendo filho de Francisco Marques Lisboa e de Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima. Patrono da Marinha brasileira, Tamandaré iniciou sua carreira aos 16 anos, voluntariando-se para as lutas de independência do Brasil, em que lutou no norte do país junto a Thomas Cochrane para a expulsão das tropas portuguesas rebeldes que ainda resistiam. Outro feito histórico do marinheiro, foi sua vitória em uma das maiores batalhas da Guerra do Paraguai, a Batalha de Riachuelo, além de, neste mesmo evento, ter tido posição decisiva na Rendição de Uruguaiana, cidade que Solano Lopez invadiu e saqueou nos tempos da Guerra. Morreu a 20 de março de 1897 no Rio de Janeiro.

Fontes:

GONÇALVES, Maria Noemia A. Padilha. Tamandaré o Grande Almirante.



BRAZ DO AMARAL

(SALVADOR, BA, 1861 – SALVADOR, BA, 1949)

Braz Hermenegildo do Amaral nasceu em Salvador, Bahia, a 2 de fevereiro de 1861, sendo filho de Braz Hermenegildo de Amaral, seu pai, que lutou na Guerra do Paraguai, e de Josefa Virgínia do Amaral, sua mãe. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1886 com a tese *Relações entre as Moléstias Constitucionais e as Lesões Traumáticas*. Como médico, atuou no tratamento dos feridos da Guerra de Canudos (1896-1897), além de ter ensinado patologia cirúrgica, clínica cirúrgica e patologia externa na Faculdade de Medicina da Bahia. Também ensinou em outras cátedras, quando foi professor em instituições como o Liceu de Artes e Ofícios, a Escola de Belas Artes e o Ginásio da Bahia. À parte dos seus trabalhos na área médica, Braz do Amaral destacou-se nas letras baianas como historiador, tendo sido membro fundador da Academia de Letras da Bahia e sócio efetivo fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1894. Neste sentido, Braz do Amaral consultou documentos históricos a fim de ajudar na definição das fronteiras da Bahia com os estados vizinhos, especialmente Sergipe e Espírito Santo, no início do século XX. Escritor profícuo, Braz do Amaral deixou vários livros, dentre os quais se destacam: *A Província da Bahia nas Lutas da Independência* (1922), *História da Bahia do Império à República* (1923), *Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional* (1923), *A Conspiração Republicana da Bahia de 1798* (1927), além de comentador de documentos históricos como as famosas *Cartas de Vilhena* e as *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Com uma breve passagem pela política, o historiador baiano foi deputado federal entre 1924 até 1930, mandato que não concluiu em virtude da Revolução de 30. Um dos seus últimos feitos públicos foi a presidência do I Congresso de História da Bahia, que vinha idealizando junto a outros intelectuais de ponta da época, quando faleceu em 2 de fevereiro de 1949, em meio à organização do evento.

Fontes:

ALVES NETA, Amélia Saback. “A Ciência da Verdade”: História e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). 259 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA, 2018.

NASCIMENTO, Jaime Oliveira do. AMARAL, Brás do. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AMARAL,%20Br%C3%A1s%20do.pdf>



SANTOS DUMONT

(PALMIRA, MG, 1873 – GUARUJÁ, SP, 1932)

Alberto Santos Dumont nasceu em Minas Gerais, em um sítio localizado próximo à cidade de Palmira, a 20 de julho de 1873, sendo filho do engenheiro Henrique Dumont, seu pai, e de Francisca de Paula Santos, sua mãe. Na infância, Santos Dumont realizou os estudos primários em colégios como o Culto à Ciência, Instituto Kopke e Colégio Morton. Em 1891, viaja para a França com seu pai que buscava em Paris tratamento para um problema de saúde que enfrentava e por lá se estabelece no ano seguinte, tendo sido emancipado pelos pais para que pudesse estudar em Paris, onde se versou em física, química e mecânica. Em Paris teve contato com pessoas que muito o influenciaram, entre eles Henri Lachambre e Alexis Machuron, considerados os principais construtores de balões da época. Com eles, desenvolveu seu primeiro balão, batizado de Brasil, que levantou voo em 1898. Nesse mesmo ano, Dumont projetou o dirigível N-1, que foi o primeiro dirigível a utilizar um motor a petróleo. Esse dirigível foi sucedido por inúmeros outros, resultados de experiências, voos e aperfeiçoamentos técnicos por parte de Santos Dumont, feitos especialmente em aeroclubes e exposições de voos em Paris, na Inglaterra, Mônaco e nos Estados Unidos. O dirigível N-14, batizado de 14bis, foi um dos seus projetos mais famosos, porque provou que uma aeronave daquele modelo poderia decolar sozinha, sem nenhum impulso externo e possuiu os primeiros recordes da história da aviação. Foi membro de importantes instituições da época, como a Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito mas não chegou a ser empossado, e a presidência honorária do Congresso Pan-Americano de Aeronáutica. É autor das obras *Dans l'air* (1904), *O que eu vi, o que nós veremos* (1938) Circulando em congressos nos Estados Unidos e países da América Latina, Santos Dumont volta para o Brasil mas sempre com estadas pontuais na Europa. Embora tenha argumentado que os aviões poderiam ser usados em guerras, já que pôs sua frota de balões à disposição do ministério da guerra da França, manifestou-se publicamente contra o uso deles em conflitos bélicos, como no caso da Revolução Constitucionalista de São Paulo, quando aviões foram usados em ataques. Já tendo sido vítima de crises depressivas anteriormente, Santos Dumont, após esses eventos, suicidou-se em um hotel em Guarujá em 23 de julho de 1932.

Fontes:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Santos Dumont. Disponível em:
<https://www.academia.org.br/academicos/santos-dumont/bibliografia>

BARROS, Henrique Lins de. DUMONT, Santos. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DUMONT,%20Santos.pdf>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS. Santos Dumont. Disponível em:
<https://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/albertosantosdumont.html>



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia
Fundado em 1884



WANDERLEY PINHO

(SANTO AMARO, BA, 1890 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1967)

José Wanderley de Araújo Pinho nasceu em Santo Amaro, Bahia, a 19 de março de 1890, sendo filho de João Ferreira de Araújo Pinho e de Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho. Sua mãe era filha do Barão de Cotegipe e seu pai foi presidente da província de Sergipe e governador da Bahia entre 1908 e 1911. Estudou no Colégio João Florêncio e no Ginásio Arquiepiscopal de São Vicente de Paula antes de entrar na Faculdade de Direito da Bahia em 1906, onde viria a se diplomar em 1910. Exerceu brevemente a advocacia e a promotoria de Mata de São João. Logo se candidatou a deputado federal, primeiramente em 1921, quando não foi eleito, depois em 1924, logrando êxito e permanecendo no cargo até 1930. Mais tarde, entre 1947 e 1951, foi nomeado prefeito da cidade de Salvador, quando promoveu obras públicas de requalificação, asfaltamento, alargamento de ruas e avenidas entre outros projetos. Foi, entretanto, como historiador que Wanderley Pinho se destacou, tendo desde cedo se preocupado com projetos sobre o patrimônio histórico, organizando as comemorações dos quatrocentos anos de fundação da cidade de Salvador e presidindo, em março de 1949 após a morte de Braz do Amaral, o I Congresso de História da Bahia e lecionando, na recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a cátedra de História do Brasil. Wanderley Pinho foi autor de vasta obra historiográfica, dentre as quais se destacam Cotegipe e seu Tempo (1937), Dom Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil (1940), Salões e Damas no Segundo Reinado (1942), História de um Engenho do Recôncavo (1946). Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 8 de outubro de 1967.

Fontes:

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. PINHO, Wanderley (1890-1967). Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/08/15/wanderley-pinho/>

PINHO, Wanderley. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINHO,%20Wanderley.pdf>



DOM ROMUALDO DE SEIXAS

(CAMETÁ, PA, 1787 – SALVADOR, BA, 1860)

Dom Romualdo de Seixas nasceu na vila de Cametá, Pará, a 7 de fevereiro de 1787 sendo filho de Francisco Justiniano de Seixas, seu pai, e Ângela de Souza Bittencourt, sua mãe. Desde muito cedo foi influenciado por D. Romualdo de Souza Coelho, seu tio e sacerdote, que o encaminhou para o Seminário Episcopal. No ano de 1802 foi para a Congregação do Oratório de Lisboa, onde estudou. Três anos depois retornou ao Brasil, onde foi lecionar no Seminário Eclesiástico de Belém, onde ensinou Latim, Retórica e Filosofia. A partir de 1809, a vida eclesiástica de Seixas engata em uma gradação: neste ano, vai ao Rio de Janeiro em virtude da chegada de D. João VI ao Brasil e lá é elevado a Cônego da Sé da Diocese do Rio e é agraciado com a Ordem de Cristo. Retornou em 1818 para o Pará e lá foi anfitrião de von Martius e Spix, cientistas europeus que vieram ao Brasil para estudar a fauna e a flora locais e que deram a Seixas o diploma de sócio da Real Academia das Ciências de Munique. Foi nomeado arcebispo da Bahia e primaz do Brasil em 12 de outubro de 1826 e sua nomeação foi confirmada pelo papa Leão XII através de uma bula expedida em 30 de maio de 1827. Sua atuação frente ao arcebispado da Bahia foi marcada pela defesa da Igreja e sua reforma eclesiástica, mas sem negligenciar o centralismo monárquico e a defesa da pátria então nascente. Dom Romualdo de Seixas, além de ter recebido de D. Pedro II o título de Marquês de Santa Cruz, foi, também, célebre homem de letras no Brasil oitocentista, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor das Memórias do Marquês de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia (1861), sua autobiografia. Faleceu em Salvador a 29 de dezembro de 1860.

Fontes:

FIGUEIREDO, Angela Cristina Sarvat de. D. Romualdo Antônio de Seixas e o Poder: Entre a Fé a Política. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Israel Silva dos. D. Romualdo Antônio de Seixas e a Reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860). 2014. 290 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.



JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

(VISCONDE DO RIO BRANCO)

(SALVADOR, BA, 1819 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1880)

José Maria da Silva Paranhos nasceu em Salvador, a 16 de março de 1819, sendo filho de Agostinho da Silva Paranhos seu pai, e Josefa Emerenciana, sua mãe. Advindo de uma família que fez carreira em armas, Paranhos cursa engenharia (e não Direito, como os grandes estadistas da época) e inicia sua carreira no jornalismo, que funcionou, no período imperial, como uma importante atividade para ascensão social, escrevendo para jornais como O Novo Tempo, Correio Mercantil e Jornal do Comércio. Ocupou também o magistério, tendo sido lente catedrático na Escola Militar, onde se graduou, lecionando disciplinas como aritmética, mecânica, estatística e artilharia. Paranhos foi agraciado, em diferentes momentos da vida, com várias medalhas de distintos governos, como a grã-cruz de Santana, insígnias de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro, comendador da Ordem da Rosa, foi grão cruz da ordem da Legião da Honra (França), da Vila Viçosa e de Cristo (Portugal), da Águia Branca (Rússia), da ordem Leopoldo (Áustria), da ordem Carlos III (Espanha), da ordem S. Maurício e da ordem S. Lázaro (Itália). O Visconde do Rio Branco comandou o gabinete de ministros que tratou da aprovação de um projeto para alforriar as crianças nascidas de escravizadas, que mais tarde viria a se concretizar na lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. Foi presidente de província (1858-1859), inúmeras vezes senador, além de ter sido ministro em diversas pastas do segundo reinado. Casou-se em 1842 com D. Teresa de Figueiredo Faria, irmã de seu amigo Bernardo Rodrigues de Faria. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1 de novembro de 1880.

Fontes:

FONTANA, Laura Roberta. José Maria da Silva Paranhos: Reflexões sobre o Estado Imperial. 2013, 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA, Hermes. A Vida e a Época do Visconde do Rio Branco. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1992.



JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA (JOÃO DAS BOTAS)

(? - ITAPARICA, BA, 1833)

João Francisco de Oliveira, de alcunha de João das Botas pelo seu costume de usar botas tanto em terra quanto a bordo, foi um militar que iniciou sua carreira como contramestre do Arsenal da Bahia em 1809 e foi progredindo na ascensão dos cargos, como ajudante de patrão-mor do Arsenal da Bahia e segundo-tenente da Marinha Real portuguesa. A partir de 1822, participou ativamente das lutas de Independência, comandando embarcações contra as esquadras portuguesas, o que lhe conferiu uma promoção de primeiro-tenente. Liderou aproximadamente oitocentos homens na ilha de Itaparica, tendo sido ele quem hasteou na mesma ilha a primeira andeira da Independência. Elogiado por nomes internacionais da marinha, como Lorde Cochrane e Pierre Labtut, João das Botas foi capitão-de-fragata e também capitão de mar e guerra em 1827. Faleceu em Itaparica a 18 de dezembro de 1833.

Fontes:

COSTA, Luiz Sergio Silveira. João das Botas: herói da Independência. [s.l.]: [s.e.], [s.a.].

REAICHE, Lidivaldo. Julgamentos e fatos históricos do tribunal da relação do Brasil: Tribunal de Justiça da Bahia 1609.



GASTÃO DE ORLÉANS (CONDE D'EU)

(NEUILLY-SUR-SEINE, FR, 1842 – OCEANO ATLÂNTICO, 1922)

Luis Felipe Maria Fernando Gastão d'Orléans nasceu na comuna francesa de Neuilly-sur-Seine no castelo homônimo, a 28 de abril de 1842, filho de Luís Carlos Filipe Rafael de Orléans, seu pai, Duque de Nemours, e de Vitória de Saxe-Coburgo-Koháry, sua mãe, Duquesa de Nemours. Na infância, saiu da França junto a sua família em virtude dos desdobramentos da Revolução de 1848, que destronou seu avô paterno Luis Filipe I de França. Parte fundamental de sua biografia foi o período em que viveu na Espanha, na cidade de Segóvia, onde reinava Isabel II, cunhada do seu tio paterno. Seguindo a carreira militar, que também seguiram seu pai e seus tios, Gastão de Orléans participou da Guerra do Marrocos, entre o país africano e a Espanha. Findada a Guerra, embarcou para o Brasil, onde casou com a filha de D. Pedro II, herdeira do trono imperial brasileira, a princesa Isabel em 15 de outubro de 1864. Estava na Europa em viagem com Isabel quando sua volta foi ordenada por D. Pedro II, dada a explosão do conflito da Guerra do Paraguai, onde lutou batalhas e foi nomeado Comandante em Chefe das forças brasileiras. Com o exílio da família real no exterior após a Proclamação da República em 1889, o Conde d'Eu se estabeleceu na França, retornando ao Brasil apenas em 1921 quando o presidente Epitácio Pessoa revogou o decreto de 1889 que bania a família real do território brasileiro. Morreu em um barco em alto-mar, no Oceano Atlântico, a 28 de agosto de 1922.

Fontes:

VAS, Braz Batista. O Final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870). 2011. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

CASCUDO, Luis da Camara. Conde d'Eu: 1842-1922. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.



GUILHERME MARBACK

(SALVADOR, BA, 1898 – ?, 1954)

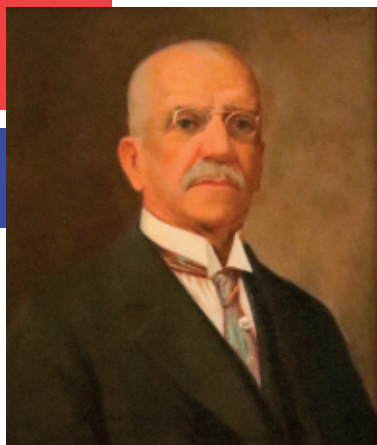
Guilherme Carneiro da Rocha Marback nasceu em Salvador a 28 de março de 1898, sendo filho de Guilherme Lassanse Marback, seu pai, diplomado em medicina, mas que atuou profissionalmente como fiscal do Banco Auxiliar da Classe e Maria Madalena Carneiro da Rocha Marback, sua mãe. Guilherme Marback estudou nos principais colégios da capital baiana, como o Nossa Senhora da Vitória e o Antônio Vieira. Ingressa em 1915 na Faculdade Livre de Direito da Bahia, diplomando-se em 1919 atuando como advogado a partir de 1920. Foi oficial de gabinete do Governador Vital Soares, professor estagiário de Finanças e Economias Bancárias, professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, criador do Instituto de Economia e Finanças do Estado da Bahia, duas vezes Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, a primeira em 1938 na interventoria de Landolfo Alves e a segunda entre 1942-1945, na interventoria de Pinto Aleixo, deputado federal pelo PSD na Assembleia Nacional Constituinte, interventor federal da Bahia nomeado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Morre aos 56 anos de idade, a 06 de abril de 1954.

Fontes:

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. A Fazenda da Bahia em Perspectiva Histórica. Salvador: EAF, 1985.

MARBACK, Sylvio. Guilherme Marback: Itinerário de uma Vida. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016.

MARQUES, Antônio Nonato. Discurso pronunciado na sessão comemorativa do centenário de nascimento de Guilherme Carneiro da Rocha Marback. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, Salvador, v.94, p. 15 - 24, 1998.



MANOEL DUARTE

(SALVADOR, BA, 1861 – SALVADOR, BA, 1937)

Manoel Duarte de Oliveira nasceu em Salvador em 12 de janeiro de 1861, sendo filho de Duarte de Oliveira, seu pai, e de Maria Virgínia Duarte de Oliveira, sua mãe. Desde muito cedo ingressou na vida pública, tendo sido subdelegado do distrito de Santo Antônio, Conselheiro do Município de Salvador, deputado estadual entre 1905 e 1908, presidente da Câmara entre 1906 e 1907, senador estadual entre 1909-1920 e 1925-1930, prefeito de Salvador entre 1920 e 1921, secretário da Fazenda entre 1921 e 1923, além de Coronel da Guarda Nacional e durante muitos figurou na diretoria do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual era membro desde 1909. Faleceu a 18 de agosto de 1937 em Salvador.

Fontes:

BAHIA. Secretaria da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. A Fazenda da Bahia em Perspectiva Histórica. Salvador: EAF, 1985.

CORONEL Manoel Duarte de Oliveira. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v. 63, p. 321-323, 1937.



VITAL SOARES

(VALENÇA, BA, 1874 – SALVADOR, BA, 1933)

Vital Henrique Batista Soares nasceu em Valença, Bahia, a 3 de novembro de 1874, sendo filho de Firmo Batista Soares, seu pai, e de Rosalina Henrique Santos, sua mãe. Tendo sido educado desde cedo por Firmino Soares, seu tio e vigário de Macaúbas, Vital Soares deslocou-se para Salvador para terminar os estudos básicos e ingressar no ensino superior, especificamente a Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde se diplomou em 1898. Sua carreira se inicia em Macaúbas onde foi promotor público até 1902. 1908 pode ser considerado seu ano de ingresso na política, porque foi eleito para o Conselho Municipal de Salvador. Sua carreira política, entretanto, passou por anos de estagnação, visto que, apoiador que era de Rui Barbosa, Vital Soares passou por um limbo da vida pública no período de domínio do Seabra e dos seabristas na Bahia (1912-1924), o que fez com que ele se dedicasse à atividades privadas, como a advocacia. Com o declínio de Seabra é que a carreira política de Vital Soares ascendeu: foi Senador Estadual (1925-1926), Deputado Federal (1926-1927), Governador da Bahia (1928-1930). O auge de sua carreira política se deu em 1930, quando foi candidato a vice-presidente da República junto a Júlio Prestes que encabeçava a chapa, que se saiu vencedora, mas que não tomou posse pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Vital Soares faleceu aos 50 anos, em 19 de abril de 1933, em Salvador.

Fontes:

MATTA, Afredo Eurico Rodrigues (org.). Bahia Republicana: construindo a nossa história recente. Salvador: UCSaI, 2001.

SAMPAIO, Consuelo Novais. SOARES, Vital. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SOARES,%20Vital.pdf>



MANUEL VITORINO

(SALVADOR, BA, 1853 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1902)

Manuel Vitorino Pereira nasceu a 30 de janeiro de 1853 em Salvador, sendo filho do português Vitorino José Pereira, dono de uma loja de móveis e marceneiro, e de Carolina Maria Fraco Pereira. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se em 1876 com a tese *Moléstias parasitárias mais frequentes nos climas subtropicais*. Desde cedo foi professor, tendo lecionado física, química, mineralogia, tornando-se aos 25 anos catedrático de medicina legal, com a tese *Alcoois Poliatômicos* (1877) até conquistar a vaga de clínica cirúrgica em 1883. Influenciado pelas ideias liberais que teve acesso em sua estada na Europa em 1879, Manuel Vitorino assume a secretaria do diretório do Partido Liberal na Bahia, ponto chave em sua carreira política. Assumiu durante cinco meses, até 1890, o Governo do Estado da Bahia, após a vacância deixada por Virgílio Damásio, primeiro governador da Bahia na República. Além disso ocupou importantes cargo públicos na nascente República brasileira, como Senador Estadual (1891-1892), Senador Federal (1894), Vice-presidente da República (1894-1898), tendo sido presidente interino entre 1896-97, pelo afastamento do então presidente Prudente de Moraes. Manuel Vitorino foi importante personagem dos principais acontecimentos da última década oitocentista: afastou-se de Rui Barbosa, aproximando-se de Floriano Peixoto, a chapa presidencial com Prudente de Moraes, as expedições militares contra o povoado de Canudos e se viu abalado pelo atentado de Prudente de Moraes, já que foi indiciado pelo atentado. Foi o final de sua vida pública, até que faleceu em 9 de novembro de 1902, no Rio de Janeiro.

Fontes:

GOMES, Ordival Cassiano. *Manuel Vitorino Pereira: Médico e Cirurgião*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1957.
NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Política Educacional no Início da República na Bahia: Duas Versões do Projeto Liberal*. Volume 1. 2003. 268 f. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
PASSOS, Alexandre. *Manuel Victorino e o Desencanto Político*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.
SARMENTO, Sílvia Noronha. *VITORINO, Manuel*. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/VITORINO,%20Manuel.pdf>
SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos Ilustres: 1564-1925*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



MONIZ DE ARAGÃO

(SALVADOR, BA, 1875 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1931)

Antônio Ferrão Muniz de Aragão nasceu em Salvador no dia 30 de maio de 1875, sendo filho de Francisco Muniz Ferrão de Aragão, seu pai, e de Laurinda Augusta Freire Muniz, sua mãe. Frequentou a Faculdade Livre de Direito da Bahia, formando-se em 1896, atuando imediatamente como advogado no Rio de Janeiro e na Bahia. Iniciou sua carreira política em 1909, quando foi eleito deputado estadual, sendo que já tentara o cargo de deputado federal, não tendo sido eleito. Fez parte do grupo de Seabra, com o qual se vinculou politicamente, tendo fundado com ele o Partido Republicano Democrata. Moniz de Aragão foi também governador da Bahia entre 1916 e 1920, com uma gestão marcada pela construção de estradas de rodagem que melhor conectaram o interior do estado à capital, além de sediar na Bahia o V Congresso Brasileiro de Geografia. Foi senador federal entre 1921-1930. Foi professor de Economia Política na Escola Politécnica, membro da Academia de Letras da Bahia, atuante em jornais como Gazeta de Notícias, O Nordeste e Gazeta do Povo, além de autor de trabalhos como Impedimentos Matrimoniais (1901) e Direito Constitucional Brasileiro (1914). Faleceu a 5 de janeiro de 1931 no Rio de Janeiro.

Fontes:

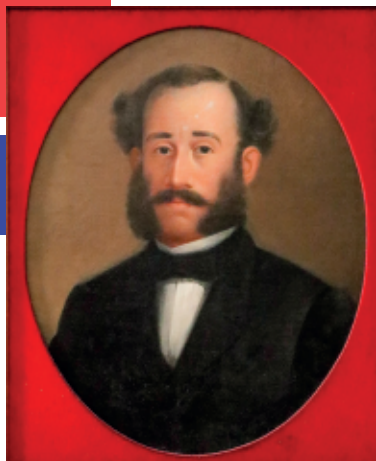
SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. MONIZ DE ARAGÃO, Antônio (1875-1931). Dicionário Biográfico-Histórico da Bahia. Disponível em:

<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/22/antonio-moniz-de-aragao/>

SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. MUNIZ, Antônio. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MUNIZ,%20Ant%C3%B4nio.pdf>

SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



AGRÁRIO DE MENEZES

(SALVADOR, BA, 1834 – SALVADOR, BA, 1863)

Agrário de Souza Menezes nasceu em Salvador, Bahia, no dia 25 de fevereiro de 1834, sendo filho de Manuel Inácio de Souza Menezes, seu pai, e Ana Rosa Vicentina Araújo de Souza Menezes, sua mãe. Estudou no Colégio Todos-os-Santos, em Salvador e, concluindo os estudos básicos, se mudou para Pernambuco para estudar na Faculdade de Direito aos 15 anos de idade, na qual se formou em 1854. Ingressou logo na vida política, onde foi parlamentar até 1861, em sucessivas reeleições. Foi, entretanto, na vida artística e cultura que mais se destacou. Fundou e presidiu o Conservatório Dramático da Bahia em 1857, a Sociedade de Belas Artes da Bahia e o Instituto Histórico da Bahia, membro-correspondente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Escritor prolífico, colaborou em jornais como O Estudante, O País, O Liberal Pernambucano, A Estreia, Eco Pernambucano, Diário de Pernambuco, Correio Mercantil, Jornal da Bahia, Correio da Tarde; escreveu os dramas Matilde (1854), O Voto Livre (1855), Calabar (1858) e uma gama considerável de poemas, dentre os quais se destacam Saudação ao Povo, Bando, e o Soneto ao Dois de Julho, poemas de celebração da Independência do Brasil na Bahia. Morreu em Salvador, em pleno Teatro São João, a 23 de agosto de 1863.

Fontes:

BASTOS, Esther. Agrário de Menezes. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v.60, p. 275-281, 1934.
LIMA, Clóvis. Agrário Menezes. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v.88, p. 97-104, 1984.
MENEZES, Jayme de Sá. Agrário de Menezes: Um Liberal do Império. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1983.
MENEZES, Jayme de Sá. Os épicos maiores do Dois de Julho. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v.85, p. 37-62, 1972-75.
PASSOS, Alexandre. Agrário de Menezes e o Romantismo. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.
SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.



MARECHAL CÂNDIDO RONDON

(SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, MT, 1865 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1958)

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu a 5 de maio de 1865, sendo filho de Cândido Mariano da Silva, seu pai, que morreu de varíola em 1864, e de Claudina Lucas Evangelista, sua mãe, que faleceu em 1867. Órfão, Rondon foi criado pelo tio Manuel Rodrigues da Silva Rondon, de quem adotou o nome posteriormente. Descendente de indígenas bororos do Mato Grosso, Cândido Rondon estudou em Cuiabá, frequentando o Liceu Cuiabano em 1879, onde se formou e passou a atuar já como professor, profissão que durou pouco, já que em 1881 ingressa na carreira militar no 3º regimento de Artilharia a Cavalo. Muda-se para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar. Nesse período versou-se em cavalaria e artilharia, até ser promovido a alferes-aluno. Em 1889 recebe o título de engenheiro militar pela Escola Militar e é promovido a primeiro-tenente. Nomeado chefe do distrito telegráfico do Mato Grosso em 1892, muda-se para lá, sendo também encarregado da construção da rodovia Cuiabá-Araguai, que ligaria Cuiabá ao Rio de Janeiro. Foi na construção da rodovia que Rondon começou a estabelecer relações com os indígenas locais, o que em 1910 culminou com a criação do Serviço de Proteção ao Índios, do qual Rondon foi seu primeiro diretor. Em 1913, Rondon acompanhou o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, em uma incursão com naturalistas norte-americanos pelos rios Paraguai e Amazonas. Cândido Rondon foi autor de obras importantes como Índios do Brasil, dividido em três volumes: Do Centro, noroeste e Sul do Mato Grosso, Das Cabaceiras do rio Xingu aos rios Araguaia e Oiapoque, Do norte do rio Amazonas. Faleceu no Rio de Janeiro a 19 de fevereiro de 1958.

Fontes:

MAYER, Jorge Miguel. RONDON, Cândido. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/RONDON,%20C%C3%A2ndido.pdf>
SILVA, Paulo Pitaluga Costa. Rondon e Comissão Rondon Bibliografia. Cuiabá: IHGMT, 1998. 70 p. il.
MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. Rondon: uma relíquia da pátria. Curitiba: Guaíra, 1942. 250 p. il.



JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR

(BARÃO DO RIO BRANCO)

(RIO DE JANEIRO, RJ, 1845 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1912)

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1845, sendo filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, e de Teresa de Figueiredo Faria. Estudou no Colégio Pedro II e ingressou aos 17 anos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou de 1862 a 1865, concluindo o curso no ano seguinte na Faculdade de Direito do Recife, para onde se transferiu. Ingressando na Câmara dos Deputados, foi deputado pelo Mato Grosso entre 1869 e 1875. Patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco é lembrado como o principal ator nas disputas pelas fronteiras brasileiras com os países vizinhos da América Latina. O episódio mais conhecido foi a chamada Questão do Acre, que envolveu extensas negociações entre o Brasil e a Bolívia pelo território. A querela foi concluída em 1903 com o Tratado de Petrópolis, no qual ficou em acordo uma parte majoritária para o Brasil e uma parte minoritária para a Bolívia. Foi cônsul do Brasil em Liverpool entre 1876 e 1900, e ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912, sendo chanceler em quatro governos diferentes: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). Seu pai recebeu o título de Visconde do Rio Branco em 1849, e ele recebeu o título de Barão do Rio Branco em 1888, título pelo qual ficou conhecido. Autor prolífico, sua obra completa editada na Coleção Barão do Rio Branco da Fundação Alexandre de Gusmão é constituída por 12 volumes, reunindo escritos sobre a questão das fronteiras brasileiras, estudos históricos e artigos avulsos, compilando sua volumosa produção em jornais e periódicos do período. Faleceu no palácio do Itamaraty em 10 de fevereiro de 1912. Sua morte gerou uma comoção gigantesca na vida pública da época, de modo que houve um movimento para adiar o carnaval daquele ano. Após muitas discussões em jornais da época, o ano de 1912, em virtude da morte do chanceler Rio Branco, acabou tendo dois carnavais: um em fevereiro e outro em abril.

Fontes:

CARVALHO, Afonso de. Rio Branco. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

MONTEIRO, Débora Paiva. O Sonho de todo Folião: Um Ano com Dois Carnavais (Rio de Janeiro – 1912). 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MOURA, Cristina Patriota de. Barão do Rio Branco. Atlas Histórico do Brasil, FGV. Disponível em:

<https://atlas.fgv.br/verbetes/barao-do-rio-branco#:~:text=Rio%20Branco%20foi%20ministro%20das,Bol%C3%ADvia%20Guiana%20Francesa%20e%20Peru.>

VIANA FILHO, Luís. A vida do Barão do Rio Branco. Salvador: EDUFBA, 2008.



NICOLAU ANTÔNIO NOGUEIRA VALE DA GAMA

(VISCONDE NOGUEIRA DA GAMA)

(SÃO MATIAS, MG, 1802 – NAZARÉ, BA, 1897)

Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama nasceu em Minas Gerais na Fazenda São Mateus, atual município de São Matias, a 13 de setembro de 1802, sendo filho do capitão José Inácio Nogueira da Gama, seu pai, e de Francisca Maria do Vale de Abreu e Melo, sua mãe. Descendente de uma rica e influente família de Minas Gerais, o futuro visconde Nogueira da Gama (título que recebeu em 1888, após ser Barão desde 1872) exerceu postos políticos importantes como a vereação na Câmara Municipal de Barbacena, a presidência da Câmara Provincial de Ouro Preto, além de ter ocupado importantes cargos na Corte, como fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial e comandante da Guarda Nacional em Minas Gerais. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1841, o visconde Nogueira da Gama foi um importante linhagista, sendo autor de *Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta Paes Leme, Gama e Villas-Boas...* de 1859, e de um escrito autobiográfico intitulado *Minhas Memórias*, publicado em 1893. Faleceu em Nazaré, na Bahia, a 18 de outubro de 1897.

Fontes:

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893-1902, 7 v., 1970.
CALMON, Pedro. *História de Minas e "Memórias" de Nogueira da Gama*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. Nicolau Antônio Nogueira Valle da Gama. Disponível em: <https://cbg.org.br/biografia/nicolau-antonio-nogueira-valle-da-gama>
MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; PEREIRA, José Nilton Carvalho; SILVA, Nilson Joau e (org.). *Síntese Histórica: 125 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894-2019*. pp. 282-289. Salvador: Ed. Allucci e Associados Comunicações, 2019.



ABÍLIO CÉSAR BORGES

(BARÃO DE MACAÚBAS)

(RIO DE CONTAS, BA, 1824 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1891)

Abílio César Borges nasceu em Rio de Contas, Bahia, a 09 de setembro de 1824, sendo filho de Miguel Borges de Carvalho, seu pai, e Mafalda Maria da Paixão Borges, sua mãe. Estudou latim, francês e filosofia em Rio de Contas até mudar-se para Salvador para estudar no Colégio Conceição. Em 1841 ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia, onde começou o curso que veio a terminar no Rio de Janeiro em 1847. Diplomado, Abílio César Borges atuou menos na medicina e mais na educação, desde que em 1856 foi convidado para ser diretor de Instrução Pública. Daí funda em 1857 o Ginásio Baiano, um dos mais importantes centros educacionais do Brasil Império, por onde passaram nomes como Ruy Barbosa e Castro Alves. Também fundou o Colégio Abílio no Rio de Janeiro em 1879 e outro em Barbacena, Minas Gerais. Foi extremamente ativo na vida cultural, intelectual e artística do seu tempo, tendo sido atuante em instituições como o Conservatório Dramático Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ter sido membro fundador do Instituto Literário da Bahia e diretor da Revista cultural O Crepúsculo. Foi um escritor prolífico, autor de diversas obras nos mais variados campos do saber, desta as quais se destacam: Proposições sobre Ciências Médicas (1847), Relatório sobre a Instrução Pública da Bahia... (1856), Discursos sobre Educação (1862), Gramática de Língua Portuguesa (1860). Abílio César Borges recebeu em 1881 o título de Barão de Macaúbas. Faleceu no dia 17 de janeiro de 1891 no Rio de Janeiro.

Fontes:

ALVES, Lizir Arcanjo (org.). O ginásio baiano Abílio César Borges: antologia. Salvador: IGHB, 2000.
BLAKE, Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893-1902, 7 v., 1970.
LOIOLA, Sheila Vanessa Afonso de. O Ensino do Desenho na Escrita do Médico Abílio César Borges. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.
SOUZA, Carlos Eduardo Dias de. A Educação como Prática Política: Formação e Renovação de Repertórios Pedagógicos no Segundo Reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o Culto à Ciência). 2015. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY

(BARÃO DE COTEGIPE)

(SÃO FRANCISCO DE CHAGAS DA BARRA DO
RIO GRANDE, BA, 1815 – RIO DE JANEIRO, RJ, 1889)

João Maurício Wanderley nasceu em São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande, atual município de Barra, na Bahia, a 23 de outubro de 1815, sendo filho de João Maurício Wanderley, seu pai, capitão-mor da Vila do Campo Largo. Wanderley, filho, futuro barão de Cotequipe, estudou na Faculdade de Direito de Olinda em 1833, formando-se em 1837. Iniciou sua carreira jurídica em 1844, quando foi Juiz de Direito em Santo Amaro; seguindo para os cargos de Chefe de Polícia (1848). Com extensa carreira política, Cotequipe foi Deputado na Assembleia Geral Legislativa entre 1845-1847, 1848, 1850-1852, além de Presidente da Província da Bahia nos anos de 1852 e 1855, ministro da Marinha de 1855 a 1856, e senador vitalício entre 1856 a 1889, assumindo a presidência do Senado entre 1882 a 1885. Ao longo da vida, acumulou títulos e cargos importantes, como dignatário da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem Portuguesa da Conceição de Vila Viçosa. Era detentor grã-cruz da ordem belga de Leopoldo, da ordem espanhola de Isabel, a Católica e da ordem da coroa da Itália. Além disso, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e importante nome na fundação do Instituto Pasteur. Muitos dos seus discursos foram posteriormente publicados como: Fala que recitou o Exmo presidente da Bahia... (1853), Relatório apresentado à assembleia geral (1886), Les Negociations avec le Paraguay... (1872). Dos mais destacados estadistas brasileiros e célebre político conservador do Império, um dos últimos atos políticos do Barão de Cotequipe foi a repressão ao movimento abolicionista e à indenização dos ex-senhores de escravos após o 1888. Faleceu no Rio de Janeiro a 13 de fevereiro de 1889.

Fontes:

BARATA, Carlos Eduardo. Presidentes do Senado no Império: Uma Radiografia Diplomática, Genealógica, Histórica, Política e Social do Brasil Imperial. Brasília: Senado Federa, 1997.
BLAKE, Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893-1902, 7 v., 1970.
PINHO, Wanderley. Cotequipe e Seu Tempo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.
SOUZA, Felipe Azevedo e. Barão de Cotequipe. Salvador Escravista. Disponível em <https://www.salvadorescravista.com/homenagens-controversas/bar%C3%A3o-de-cotequipe>
WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



ANTONIO LADISLAU DE FIGUEIREDO ROCHA

(CACHOEIRA, BA, 1813 – SALVADOR, BA, 1880)

Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha nasceu na Vila de Cachoeira a 3 de maio de 1813, sendo filho de João Joaquim de Figueiredo Rocha e de Maria Umbelina de Oliveira Rocha. Fez os primeiros estudos na sua cidade natal, indo para São Paulo em 1829 para estudar na Faculdade de Direito de lá, diplomando-se em 1833. Imediatamente, voltou para a Bahia onde foi suplente de deputado provincial entre 1838-1839, 1842-1843, e deputado na legislatura de 184-1847, além de se dedicar à advocacia. Foi juiz municipal e delegado de polícia em Cachoeira. Atuou também como juiz de direito em outras regiões do Império, como no Maranhão, em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, onde ficou de 1848 até 1852, atuando como chefe de polícia, e foi Vice-Presidente de Mesa da Assembleia Provincial de lá. Retorna para a Bahia em 1859, quando ocupou interinamente o cargo de chefe de polícia. Foi Presidente da Província da Bahia por dois períodos: um, de julho até agosto de 1868, após a exoneração do presidente José Bonifácio Nascente de Azambuja; e outro de abril a outubro de 1869, pela ausência do Barão de São Lourenço. Após isso, Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha ocupou outros cargos públicos importantes, tendo sido reeleito deputado várias vezes até próximo do fim da vida, quando presidiu a Caixa Econômica em 1878. Morreu em Salvador a 6 de dezembro de 1880.

Fontes:

WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



ANTÔNIO CALMON DE ARAÚJO GOÉS

(BARÃO DE CAMAÇARI)

(SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, BA, 1828 – CATU, BA, 1913)

Antônio Calmon de Araújo Goés nasceu a 7 de março de 1828, em São Sebastião do Passé, sendo filho de Inocêncio Marques de Araújo Goés, seu pai, e de Maria Joana Calmon de Aragão, sua mãe. Importante membro da família Calmon na Bahia, Antônio Calmon não era apenas era tio de Miguel Calmon e de Francisco Goés Calmon, nomes de alta envergadura na política provincial e até mesmo nacional, como também representava dois importantes troncos das famílias nobres da Bahia no Século XIX, os Araújo Goés, por parte paterna, e os Calmon, por parte materna. Senhor de engenho como seus pais, ricos fazendeiros baianos, o futuro barão de Camaçari foi integrante do Partido Conservador e forte atuante na política do Império, assumindo cargos como vereador de Mata de São João (1873-1876), senador (1891) e interinamente governador da Bahia em 1895. Com o advento da República, integrou as frentes do Partido Republicano Federalista a partir de 1892, até filiar-se à corrente vianista da política local, isto é, aquela que seguia a liderança do então Luís Viana, importante nome da política do Império e dos primeiros anos de República. Recebeu o título de Barão de Camaçari em 1871 por decreto imperial, poucos anos antes de assumir o cargo de vereador. Camaçari foi uma figura de vulto na política do século XIX, mesmo quando não assumia explicitamente um cargo no governo, como quando ficou sendo conselheiro do Partido Conservador na Bahia. Faleceu em Catu, no seu então engenho Camaçari, a 13 de setembro de 1913.

Fontes:

SANTOS, Joab Silva. O crime do Catu: casamento e riqueza, crime e poder político no Recôncavo Baiano (1877-1889). 2025. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. GOÉS, Antônio Calmon de Araújo (1828-1913). Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em:
<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/08/14/antonio-calmon-de-araujo-goes/>



SEVERINO VIEIRA

(VILA DE RIBEIRA DO CONDE, BA, 1849 – SALVADOR, BA, 1917)

Severino dos Santos Vieira nasceu a 8 de junho de 1849 na Vila de Ribeira do Conde, Bahia, sendo filho de Antonio dos Santos Vieira e de Maria das Virgens. Realizou estudos no colégio São João, um dos mais importantes estabelecimentos educacionais da capital baiana no século XIX, onde estudou humanidades. Estudou Direito na Faculdade de Direito do Recife, na qual ingressou em 1870, e concluiu na Faculdade de Direito de São Paulo, terminando o curso em 1874. Iniciou sua carreira como promotor público (1875), passando para juiz municipal, cargo que exerceu até 1879. Eleito deputado provincial pelo Partido Conservador, ingressa na política em 1882, permanecendo no cargo até 1887. Com o advento da República, Severino Vieira fez parte do Diretório do Partido Republicano Federalista (PRF), junto de nomes importantes da política da época, como Luiz Viana e Sátiro Dias. Apesar de ter sido eleito senador federal em 1894, não terminou o mandato por ter sido convidado pelo presidente Campos Sales para ser ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou de 1898 a 1900, revelando o prestígio político que possuía na política local e federal. Severino Vieira foi, também, governador do Estado da Bahia entre 1900 e 1904, substituindo o então governador Luiz Viana. Seu governo foi marcado pela construção do porto de Salvador, cujas obras já vinham ocorrendo e pelas questões de saúde pública, que envolviam tanto questões de higiene urbana quanto de serviços de desinfecção nas cidades. Seu último cargo político foi o de senador, entre 1906 a 1915. Jornalista, comprou o jornal Diário da Bahia, sendo diretor deste e assíduo articulista. Esta atuação jornalística abriu-lhe a participação no campo das letras, de modo que foi membro da Academia de Letras da Bahia, além de professor da Faculdade de Direito da Bahia. Faleceu em Salvador no dia 23 de setembro de 1917 aos 68 anos.

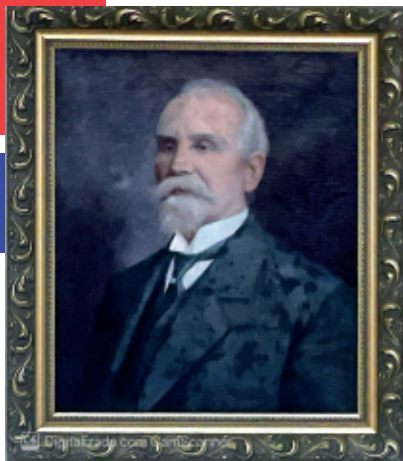
Fontes:

QUADROS, Andréa Novais Soares de. VIEIRA, Severino. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIEIRA,%20Severino.pdf>

QUADROS, Andréa Novais Soares de. VIEIRA, Severino (1849-1917). Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. Disponível em:
<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2024/07/22/severino-vieira/>

Baianos Ilustres

Sacramento Blake.



ROGACIANO PIRES TEIXEIRA

(ITUAÇU, BA, 1850 – ?. 1930)

Rogaciano Pires Teixeira nasceu no dia 17 de março de 1850, em Brejo-Grande, atual Ituaçu, sendo filho de Antonio José Teixeira, seu pai, e de Maria Magdalena da Silva Teixeira, sua mãe. Filho de uma tradicional família da região, Rogaciano Pires Teixeira transferiu-se para Salvador para finalizar seus estudos primários, estudando Humanidades no Pantheon Baiano. Em 1869, viaja para Europa onde passou por cidades como Lisboa, Paris e Londres, onde continuou com os estudos, os quais não conclui e retorna ao Brasil para iniciar uma carreira comercial. Trabalhou também na Alfandega da Bahia, o que marca o início de sua carreira como funcionário público, que se prolonga com sua atuação no Rio de Janeiro, em semelhante cargo. Irmão do político Deocleciano Pires Teixeira, Rogaciano Pires Teixeira morreu a 26 de janeiro de 1930.

Fontes:

OLIVEIRA NETTO, F. Gomes de. Discurso do Dr. F. Gomes de Oliveira Netto em torno da Individualidade de Rogaciano Pires Teixeira. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 58, 1930.



FRANCISCO VICENTE VIANNA

(1º BARÃO DO RIO DAS CONTAS)

(SALVADOR, BA, 1754 – SALVADOR, BA, 1828)

Francisco Vicente Vianna nasceu na cidade de Salvador 17 de abril de 1754, sendo filho de Frutuoso Vicente Vianna, seu pai, que era Familiar do Santo Ofício e Capitão do Regimento dos Úteis e Vereador do Senado da Câmara da Bahia, e de Thereza de Jesus Gonçalves da Costa. Realizou os estudos primários em Salvador e seguiu para Portugal com os irmãos para cursar a Universidade de Coimbra, onde se diplomou em direito no ano de 1773. Após bacharelado, Francisco Vicente Vianna, exerceu o cargo de Ouvidor Geral e Provedor da Comarca da Bahia, que abandonou posteriormente, em 1786, para se centrar na lavoura açucareira das terras que possuía na Bahia. Foi eleito presidente da Junta Provisória de Governo da Bahia em 1822, como exigia a lei do período, que estabelecia que as Províncias do Brasil seriam governadas por Juntas Provisórias. Com a Independência, foi nomeado como o primeiro Presidente da Província da Bahia, cargo que ocupou de janeiro de 1824 até julho de 1825. Seu governo foi marcado por alguns momentos de agitação social, como o Levante dos Periquitos e outros motins menores, o que levou Viana a constituir um Corpo de Polícia do Estado. Francisco Vicente Vianna, o Barão do Rio de Contas, morreu a 29 de abril de 1828 em Salvador.

Fontes:

WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.



FRANCISCO GONÇALVES MARTINS

(VISCONDE DE SÃO LOURENÇO)

(SANTO AMARO, BA, 1807 – SALVADOR, BA, 1872)

Francisco Gonçalves Martins nasceu em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, a 12 de março de 1807, sendo filho do rico fazendeiro Francisco Gonçalves Martins, seu pai, e de Dona Maria Joaquina do Amor Divino. Estudou em Portugal desde cedo, frequentando o Seminário de Sarnache, onde estudou humanidades. Esta trajetória levá-lo-ia a cursar Direito na Universidade de Coimbra, onde estudou até 1827. Não concluiu, todavia, o curso, visto que participou de agitações políticas contra o governo de D. Miguel, que cancelou seu registro universitário. Quando voltou ao Brasil, recebeu o título de bacharel, permitindo-lhe exercer a advocacia a partir de 1830 e realizar a publicação do semanário “O Órgão da Lei”. Foi nomeado Juiz de Direito em Salvador a julho de 1833, início de sua carreira pública, que ascende como suplente de deputado pela Província da Bahia em 1834 e logo depois como deputado provincial de 1835 até 1843, período em que teve a oportunidade de ser Presidente da Assembleia Provincial, além de ter sido membro do Legislativo em outros momentos da vida. Foi Chefe de Polícia quando das agitações políticas da Sabinada em 1837. Foi governador da Província da Bahia em dois momentos: o primeiro, de outubro de 1848 até maio de 1852; e o segundo, de agosto de 1868 até abril de 1871, além de participante de entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1845, e autor de artigos sobre política e literatura em periódicos da época.

Fontes:

SOUZA, Antonio Loureiro de. Baianos Ilustres: 1564-1925. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.
WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia: 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.
Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço (título que recebeu em 1871), morreu a 10 de setembro de 1872 em Salvador.